

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.620.531 - PR (2019/0341244-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS DAL POZZO LTDA**  
**ADVOGADOS : ARLI PINTO DA SILVA - PR020260**  
**JORGE WADIIH TAHECH - PR015823**  
**ANDRÉ ALMEIDA GONÇALVES - PR043800**  
**FRANCISCO NIEBUHR NETO - PR065848**  
**GUILHERME MENEGAZZO TREVISAN - PR070915**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS DAL POZZO LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

TRIBUTÁRIO JUÍZO DE RETRATAÇÃO BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS EXCLUSÃO DO ICMS ENTENDIMENTO DO STF RE 574706/PR TEMA 69 STF CONFORME ESTABELECIDO PELO STF NO TEMA 69 O ICMS NÃO COMPÕE A BASE DE CÁLCULO PARA FINS DE INCIDÊNCIA DO PIS E DA COFINS (RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL Nº 574706).

Alega violação do art. 1.040, III, do CPC, no que concerne ao não atendimento da determinação da aplicação da inteligência expressa firmada no julgamento do RE 574.706 (Tema n. 69/STF), trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

15. Desta forma, não resta alternativa à Recorrente a não ser apresentar o presente recurso especial, a fim de fazer valor a máxima consagrada no RE nº 574.706 (Tema 69) e afastar a equivocada restrição de efeitos suscitada nos acórdãos do TRF4 quanto à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, mediante o advento da Lei nº 12.973/2014 (fls. 470).

17. Trazendo a situação ao caso concreto, nota-se que o entendimento proferido pelo Tribunal a quo, ao delimitar os efeitos da ação até o ano de 2014, acabou por ofender o art. 1.040, inciso III, do CPC/2015, desvirtuando o raciocínio empregado no RE nº 574.706 (julgado sob a sistemática de repercussão geral) e, portanto, justifica a interposição do presente recurso especial.

18. Tal situação justifica, portanto, a interposição do presente apelo

especial, com fulcro no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal. 19. Induidoso que a mencionada restrição de efeitos da resolução do Tema 69/STF acabou por, de modo reflexo, ensejar ofensa ao dispositivo infraconstitucional supracitado (fls. 471).

É o relatório. Decido.

É possível extrair tanto do acórdão recorrido quanto das razões do recurso especial que seu deslinde exigiria a interpretação de tese definida pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral, o que impede a apreciação da matéria em sede de recurso especial.

Nesse sentido, vale citar os seguintes julgados desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. INTERPRETAÇÃO DE TESE FIRMADA PELO STF. FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. À luz do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial não serve à revisão da fundamentação constitucional.

2. Tem natureza constitucional a controvérsia inerente à interpretação da tese definida pelo Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral e respectivo julgamento, sendo certo que, relacionando-se o debate com a forma de execução do julgado do Supremo, não poderia outro tribunal, em princípio, ser competente para solucioná-lo.

3. Hipótese em que o recurso não pode ser conhecido, pois o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, interpretando a tese definida pelo Supremo Tribunal Federal, decidiu ser o ICMS destacado na nota fiscal a parcela de tributo a ser excluída da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS.

[...]

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1508155/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 11/10/2019)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS. DISCUSSÃO SOBRE O JULGADO ABRANGER O ICMS DESTACADO OU ICMS ESCRITURAL A RECOLHER. PRETENSÃO DE COLOCAR BALIZAS AO DECIDIDO PELO STF NO RE N. 574.706 RG / PR. IMPOSSIBILIDADE. TEMA CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. CARÁTER INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.

1. Impossibilidade de manifestação desta Corte, em sede de recurso especial, sobre alegação de ofensa a princípios e dispositivos da Constituição Federal, nem mesmo para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal no âmbito do recurso extraordinário.

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. O acórdão embargado se manifestou de forma clara e fundamentada no sentido de que a Corte de Origem apenas aplicou ao caso concreto o entendimento firmado pelo STF no RE 574.706, em sede de repercussão geral, interpretando-o consoante a sua compreensão dos parâmetros constitucionais eleitos pelo Supremo Tribunal Federal, o que é possível ao Tribunal a quo, já que aquela Corte não tem impedimento algum para exame de matéria constitucional, ao contrário desta Corte superior que, em sede de recurso especial, segue lógica outra: não cabe a esta Corte emitir juízo a respeito dos limites do que foi julgado no precedente em repercussão geral do Supremo Tribunal Federal, colocando novas balizas em tema de ordem Constitucional. Nesse sentido: EDcl no REsp. n. 1.191.640 - SC, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 07.05.2019).

[...]

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 1515851/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 07/11/2019).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente